



**Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

Assunto: Projeto de Resolução – Recomenda ao Governo Regional a anulação do processo de concessão do casino no Pavilhão do Mar e garantia de utilização de acesso público deste espaço.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Ex.^a, nos termos regimentais aplicáveis, o Projeto de Resolução em epígrafe.

Solicita-se a deliberação de urgência e dispensa de exame em comissão, ao abrigo dos artigos n.º 146.º e alínea a) do n.º 1 do 147.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Com os melhores cumprimentos.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores

(António Lima)

(Alexandra Manes)

Ponta Delgada, 4 de março de 2022

Projeto de Resolução

Recomenda ao Governo Regional a anulação do processo de concessão do casino no Pavilhão do Mar e garantia de utilização de acesso público deste espaço

O “Pavilhão do Mar” é um espaço público que desde 2008 acolhe eventos de natureza cultural, exposições, feiras, congressos e foi um espaço essencial para o processo de vacinação em São Miguel.

É um espaço com muita potencialidade, fruto da sua localização, envolvência e características, pelo que deve ser mantido como um recurso ao serviço dos açorianos e açorianas.

Através do Edital n.º 4/2022 de 11 de fevereiro de 2022, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, a Portos dos Açores, S.A. tornou pública a sua intenção de concessão de utilização privativa à concessionária dos Jogos de Fortuna e Azar nos Açores, Romanti Casino Azores, Jogo e Animação Turística, S.A. do espaço denominado por “Pavilhão do Mar”.

A concessão do “Pavilhão do Mar” e a sua transformação em casino não é aceitável por diversos motivos.

Em primeiro lugar porque nunca foi concretizada a obrigação legal de urbanização da Calheta Pêro de Teve, prevista no contrato do jogo em vigor entre a ASTA (detida pelo Fundo de Investimento Discovery) e o Governo Regional. Atribuir um novo espaço para a instalação de um casino à empresa a quem a ASTA transmitiu a concessão constitui mais uma benesse aos interesses em causa, sem que a Calheta tenha sido devolvida à população.

Em segundo lugar, porque colocar um casino em pleno coração da cidade só contribuirá para acentuar e promover dependências e dramas sociais que o jogo comprovadamente causa.

Finalmente, porque isso seria retirar a Ponta Delgada um dos seus mais funcionais espaços para o desenvolvimento de inúmeras atividades, espaço esse que é único na cidade.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que:

1 - Instrua a Portos dos Açores, S.A. no sentido de não atribuir a concessão de utilização privativa de área de domínio público em área de jurisdição da Portos dos Açores, S.A do espaço denominado “Pavilhão do Mar” à Romanti S.A. para atividade de exploração da atividade de Jogos de Fortuna ou Azar.

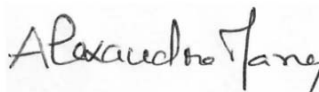
2 - Garanta junto da Portos dos Açores, S.A. que a utilização futura do “Pavilhão do Mar” garanta a possibilidade de desenvolvimento de atividades de utilização de acesso público, promovidas por entidades públicas e privadas, de carácter temporário.

3 - Diligencie junto da ASTA – Atlântida Sociedade de Turismo e Animação, S.A. para garantir a execução do projeto de urbanização da zona de Pêro de Teive, em Ponta Delgada, previsto no contrato relativo às obrigações de construção e de exploração de imóveis relevantes para o desenvolvimento do turismo na Região Autónoma dos Açores e a sua conclusão no prazo máximo de dois anos, nomeadamente a construção do espaço de fruição pública.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores



(António Lima)



(Alexandra Manes)

Ponta Delgada, 4 de Março de 2022